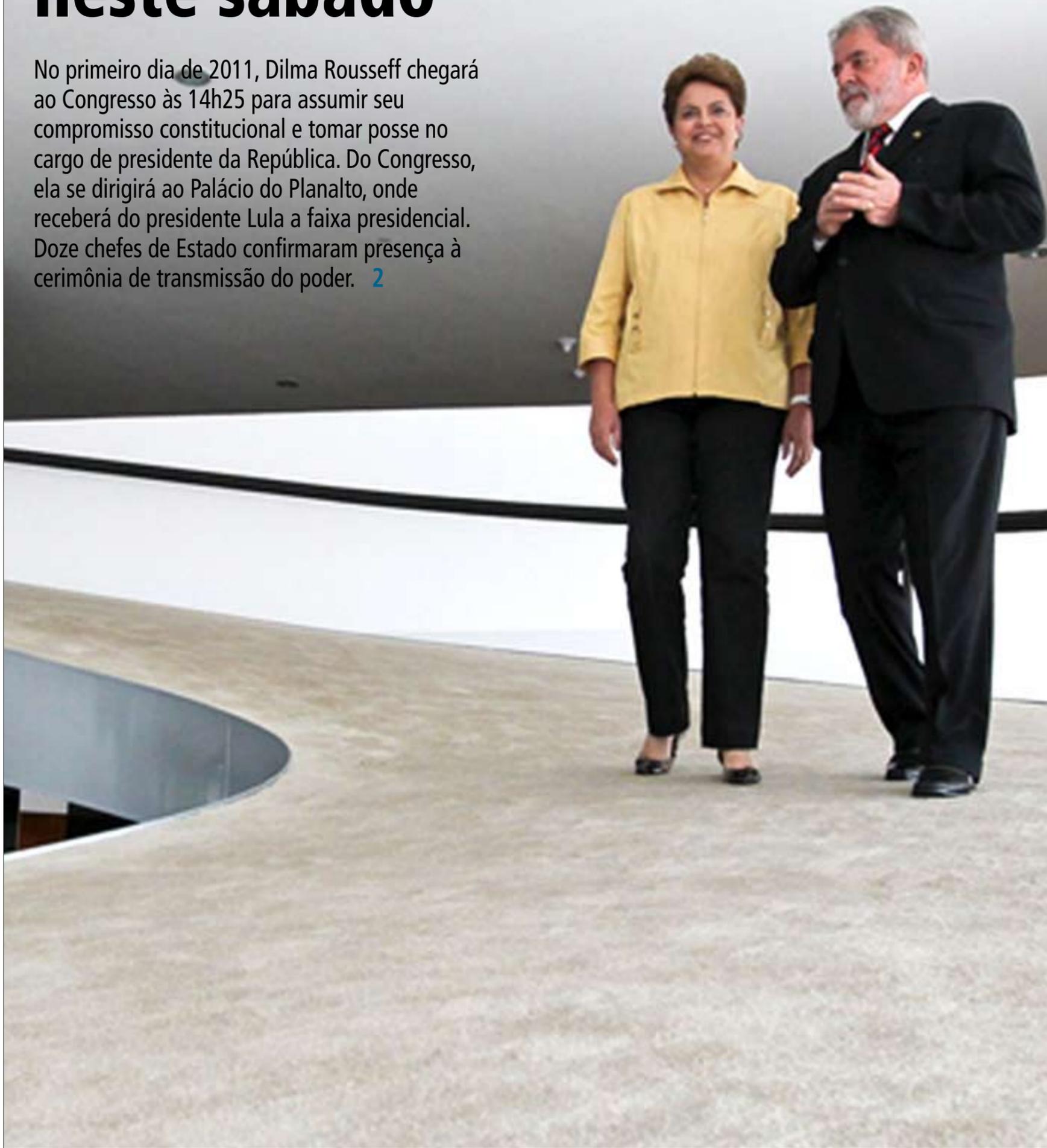


Brasil faz transição de governo neste sábado

No primeiro dia de 2011, Dilma Rousseff chegará ao Congresso às 14h25 para assumir seu compromisso constitucional e tomar posse no cargo de presidente da República. Do Congresso, ela se dirigirá ao Palácio do Planalto, onde receberá do presidente Lula a faixa presidencial. Doze chefes de Estado confirmaram presença à cerimônia de transmissão do poder. [2](#)



Após dois mandatos à frente do Executivo, o presidente Lula transmitirá o cargo à sua ex-ministra de Minas e Energia e ex-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, eleita em segundo turno em outubro de 2010

Hillary Clinton e 12 chefes de Estado estarão presentes [3](#)

Comunicação do Senado fará cobertura especial [3](#)

Para senadores, Dilma deve propor grandes reformas [4](#)

Discurso deve durar 45 minutos

É de 45 minutos o tempo previsto para o discurso que Dilma Rousseff fará no próximo sábado, no Congresso, quando tomar posse no cargo de presidente da República.

Há dois meses, em seu primeiro discurso à Nação após proclamada sua vitória nas urnas, ela prometeu erradicar a miséria, honrar as mulheres, zelar pela liberdade de imprensa e de religião e lutar pelos direitos humanos. E anunciou seu compromisso de governar para por fim às desigualdades e criar oportunidades de trabalho para todos.

Na solenidade deste sábado, Dilma discursará logo depois que o presidente do Congresso, José Sarney, declarar que ela e Michel Temer estão empossados na presidência e na vice-presidência do Brasil.

A presidente empossada seguirá para o Palácio do Planalto, onde receberá de Lula a faixa presidencial e irá ao parlatório, de onde fará outro discurso, desta vez para a multidão na Praça dos Três Poderes.

Biografia

A presidente eleita nasceu em Belo Horizonte. Na juventude, participou de grupo que utilizava a luta armada para combater o regime militar. Foi presa em 1970, permanecendo três anos na cadeia, onde foi submetida a torturas.

Dilma retomou os estudos em 1973, formando-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com a anistia, filiou-se ao PDT, fazendo parte da gestão do governador gaúcho Alceu Collares como secretária de Minas e Energia, cargo que manteve no governo seguinte, comandado por Olívio Dutra, do PT.

Dilma fez parte dos dois governos de Lula desde o primeiro momento, em 2003. Como ministra das Minas e Energia, Dilma defendeu nova política industrial, fazendo com que as compras de plataformas pela Petrobras tivessem conteúdo nacional mínimo, para que fossem gerados mais empregos no país.

Depois, como ministra-chefe da Casa Civil, foi a coordenadora das ações do governo, particularmente dos programas Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida; e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foi ainda presidente do Conselho de Administração da Petrobras e coordenadora da comissão interministerial encarregada de definir as regras para a exploração do pré-sal.

Cerimônia no Congresso está prevista para as 14h25, após Dilma e Temer desfilarem na Esplanada. Cerca de duas horas depois, já como presidente, ela irá ao Palácio do Planalto, onde Lula lhe passará a faixa presidencial

Dilma Rousseff tomará posse em sessão solene do Congresso

A PRIMEIRA MULHER a assumir a Presidência da República tomará posse no cargo amanhã, 1º de janeiro de 2011. Dilma Vana Rousseff, 63 anos, economista, sairá às 14h da catedral de Brasília, em um Rolls-Royce da Presidência, e desfilará pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional, onde assinará o termo de posse.

Só no Congresso foram credenciados para acompanhar a cerimônia, com duração prevista de duas horas, 460 jornalistas, repórteres fotográficos e técnicos de comunicação. Os organizadores aguardam a presença de 1.700 pessoas no Plenário da Câmara dos Deputados, e 20 mil na Esplanada. Para cuidar da segurança, 3 mil agentes das polícias Federal, Civil e Militar. Seis agentes federais do sexo feminino cuidarão da segurança pessoal da presidente eleita.

Se o tempo estiver bom, Dilma desfilará sozinha no Rolls-Royce, seguida por um Cadillac com o vice-presidente Michel Temer.

Congresso

A partir da Alameda dos Estados, onde se inicia o gramado do Palácio do Congresso, o cortejo seguirá até a rampa principal do Congresso, onde deve chegar às 14h25. Se chover, o percurso entre a catedral e o Congresso será feito em carro fechado e, em vez de subir a rampa, Dilma entrará no prédio pelo Salão Branco (conhecido como Chapelaria).

Os chefes de Estado ou de governo devem começar a chegar ao Congresso às 13h30 e serão recepcionados no Salão Nobre pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia. No momento em que Sarney e Maia se dirigirem à rampa para receber Dilma e Temer, esses convidados serão conduzidos ao Plenário da Câmara.

Ao desembarcarem dos carros, Dilma e Temer serão recebidos pela chefe do Cerimonial do Senado, Mônica Freitas, que os conduzirá até a parte plana da



Candidata à Presidência, Dilma vota em escola estadual de Porto Alegre

rampa. Em seguida, Sarney e Marco Maia acompanharão os eleitos através de duas fileiras de Dragões da Independência posicionados desde o início da rampa até a entrada do Plenário. A chefe do cerimonial seguirá sempre adiante das autoridades, indicando-lhes o caminho.

Presenças

A mãe de Dilma, Jane Rousseff, e sua tia Arilda deverão estar na tribuna de honra. Nas primeiras poltronas do Plenário ficarão os representantes estrangeiros. Doze chefes de Estado e 30 autoridades internacionais, entre elas Hillary Clinton, a secretária de Estado do governo de Barack Obama, estarão em Brasília para a posse. São aguardados ainda os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez; da Colômbia, Juan Manuel Santos; do Peru, Alan García, e os primeiros-ministros da Coreia, Kim Kwang-sik, e do Haiti, Jean Max Bellerive.

A cerimônia deverá contar também com a presença de todos os ministros de Estado, governadores em exercício e eleitos, parlamentares atuais e eleitos e os presidentes dos tribunais superiores.

A sessão solene será aberta pelo presidente do Senado, José Sarney, que preside a Mesa do Congresso. À mesa, Dilma e Temer vão sentar-se, respecti-

vamente, à direita e à esquerda de Sarney. À direita de Dilma vai sentar-se o deputado Marco Maia e, à direita deste, o deputado Rafael Guerra, 1º secretário do Congresso, incumbido de ler os termos de posse. À esquerda de Temer, vai sentar-se o ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal. À esquerda deste, ficará o senador João Vicente Claudino (PTB-PI), 2º secretário do Congresso.

Compromisso

Dilma e Temer prestarão compromisso constitucional perante o Congresso. O 1º secretário da Mesa, deputado Rafael Guerra, fará a leitura do termo de posse a ser assinado pelos dois. Nesse momento, Sarney declara Dilma Rousseff e Michel Temer empossados nos cargos de presidente e vice-presidente da República.

Após ouvir o Hino Nacional executado pela Banda dos Fuzileiros Navais, a presidente fará seu discurso, previsto para durar cerca de 45 minutos. José Sarney discursará também antes de encerrar a sessão.

Ao descer a rampa, o grupo ouvirá a Banda do Batalhão da Guarda Presidencial executar o Hino Nacional, com salva de 21 tiros de canhões localizados no gramado em frente ao Congresso.

Dilma será então convidada

pelo comandante da Guarda de Honra a passar a tropa em revista e seguirá no Rolls-Royce para o Palácio do Planalto, onde receberá de Luiz Inácio Lula da Silva a faixa presidencial.

Depois de entregar a faixa presidencial, Lula descenderá a rampa do Palácio do Planalto ao som do *Tema da Vitória*, música executada tradicionalmente nas vitórias obtidas por pilotos brasileiros em corridas de Fórmula 1.

Em seguida, Dilma irá ao parlatório, espécie de tribuna situada em frente à Praça dos Três Poderes, onde discursará para a multidão. À noite, receberá cerca de 2 mil convidados para um coquetel no Palácio do Itamaraty.

Previsão do Inmet é de tempo chuvoso



A previsão do tempo registrada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) para sábado é de que Brasília estará nublada e deverá apresentar pancadas de chuva e trovoadas isoladas, com a temperatura variando entre 18 e 24 graus.

Com chuva fina, caberá à presidente eleita decidir se fará ou não em carro aberto o cortejo da Catedral até o Congresso.

Se a chuva estiver forte, serão fechadas as capotas do Rolls Royce e do Cadillac que transportarão Dilma Rousseff e Michel Temer. A salva de 21 tiros de canhão que está prevista não poderá ser disparada em caso de chuva forte.

O cerimonial da posse preparou a seguinte alternativa para tempo chuvoso: Dilma e Temer ficam sem escolta a partir do gramado do Congresso. Os carros seguem até a Chapelaria – um espaço coberto – e ali eles devem desembarcar às 14h25.

O caminho até a entrada do Plenário da Câmara, no caso de chuva, não terá início na rampa do Congresso, e sim no Salão Branco (Chapelaria).

Congresso finaliza os preparativos para cerimônia

O Congresso finaliza os preparativos para a cerimônia do dia 1º de janeiro. Hoje foi instalado o tapete vermelho por onde entrarão a nova presidente da República, o novo vice-presidente, Michel Temer, e os presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado José Sarney.

Também foi realizada a última reunião dos funcionários que organizam o evento. O grupo, coordenado pela diretora de Relações Públicas do Senado, Juliana Guaracy Rebelo, fez os últimos acertos e repassou o roteiro. Hoje foi realizada ainda a distribuição dos crachás para os profissionais de imprensa – jornalistas, repórteres fotográficos



Tapete vermelho por onde entrarão Dilma, Temer, Marco Maia e Sarney no dia 1º de janeiro é instalado no Salão Verde

e técnicos – que se credenciaram para cobrir a posse. A coordenação do evento informou que foram credenciados 460 profissionais, que ficarão posiciona-

dos em três “postos”: entre a rampa e a chapelaria, entre o Salão Verde e o Salão Negro, ou na Tribuna de Imprensa do Plenário da Câmara.

A secretária-geral da Mesa do Congresso, Cláudia Lyra, esteve no Plenário da Câmara para relembrar os procedimentos a serem feitos na ocasião.

Doze chefes de Estado confirmaram presença na posse de Dilma, sendo oito deles da América do Sul. Washington enviou Hillary Clinton

Forte presença de líderes sul-americanos

Dos 12 chefes de Estado que já confirmaram presença na posse da presidente eleita Dilma Rousseff, amanhã, oito são da América do Sul. A grande participação de delegações de nações vizinhas confirma a tendência de crescente aproximação do Brasil com os países da região, verificada principalmente durante os oito anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, será a grande ausência entre os representantes dos países vizinhos. O governo argentino anunciou ao Itamaraty que Cristina optou – dois meses após a morte de seu marido, o ex-presidente Néstor Kirchner – por passar as festas de final de ano junto a familiares em sua residência de Río Gallegos, na província de Santa Cruz. Ela será representada na posse pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Héctor Timerman.

Os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, anunciarão conjuntamente as suas participações na posse de Dilma Rousseff há dois dias,

em Caracas. Morales esteve na Venezuela para acompanhar a entrega de ajuda humanitária às vítimas das fortes chuvas que afetaram esse país. Na ocasião, Chávez afirmou que a posse de Dilma “garante a continuidade da dinâmica progressista na América do Sul”.

Também estará em Brasília o presidente do Uruguai, José Alberto Mujica, outro representante dos partidos de esquerda sul-americanos, assim como o presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Mas não só os esquerdistas apoiam Dilma. Ainda confirmaram presença presidentes ligados a diversas correntes políticas, como Sebastián Piñera, do Chile; Alan García, do Peru; Juan Manuel Santos, da Colômbia; e Desiré Bouterse, do Suriname.

Os quatro outros chefes de Estado que estarão em Brasília são os presidentes de El Salvador, Mauricio Funes; da Guatemala, Álvaro Colom; da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas; e da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá.

Estados Unidos

A representante de Wa-

shington na cerimônia será a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton. A presença de Hillary vem sendo interpretada como uma possibilidade de reaproximação entre Brasil e Estados Unidos. Na terça-feira, ao fazer uma avaliação dos resultados da política externa durante seu governo, o presidente Lula lamentou que a eleição do presidente norte-americano Barack Obama não tenha garantido um novo impulso às relações dos Estados Unidos com os demais países do hemisfério.

– Não mudou nada a visão dos Estados Unidos sobre a América Latina, e vejo isso com tristeza – disse Lula durante entrevista coletiva.

Entre os demais convidados que já confirmaram participação na cerimônia de posse estão o príncipe dom Felipe de Bourbon, representando a Espanha, e dez primeiros ministros. Entre eles, José Sócrates, de Portugal; Souleymane Ndéné Ndiaye, do Senegal; Kim Hwang-sik, da Coreia do Sul; e Boyko Borissov, da Bulgária, terra dos antepassados de Dilma Rousseff.

Em crise bilateral, Hillary e Chávez estarão em Brasília neste sábado

DUAS AUTORIDADES CONVIDADAS para a posse da presidente eleita Dilma Rousseff – o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton – são os personagens principais da mais recente crise política no continente. Ambos estarão amanhã em Brasília, no momento em que crescem as tensões entre Estados Unidos e Venezuela.

O Departamento de Estado norte-americano anunciou na quinta-feira o cancelamento do visto do atual embaixador venezuelano em Washington, Bernardo Álvarez Herrera. Isto significa que ele terá que deixar os EUA. A decisão foi anunciada dias depois de o governo da Venezuela haver rejeitado o nome daquele que seria o novo embaixador norte-americano em Caracas, Larry Palmer.

Em depoimento ao Senado norte-americano, Palmer disse que as Forças Armadas da Venezuela estariam com o moral baixo e que havia indícios de ligações de integrantes do governo venezuelano com membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). As declarações irritaram Chávez, que decidiu não conceder o *agrément* a Palmer. Ao justificar sua decisão, o presidente venezuelano afirmou que seu país precisa ser respeitado.

– Se os Estados Unidos querem expulsar nosso embaixador de lá, que o façam. Se quiserem cortar relações diplomáticas, que o façam – disse Chávez,

segundo a Agência Brasil.

Dentro dos preparativos para a posse de Dilma, existe a expectativa de um encontro de Chávez com a nova presidente brasileira. Embora os encontros bilaterais ainda não tenham sido divulgados, a agenda de Dilma poderá ser interpretada como um sinal de suas prioridades na política externa. A ênfase na relação com os países vizinhos deve ser mantida, como demonstra a presença maciça de chefes de Estado sul-americanos em Brasília amanhã – oito, entre os dez presidentes com presença confirmada para a posse.

A nova presidente também tem emitido sinais de aproximação em relação aos EUA, mas não há previsão de um encontro com Hillary Clinton, que deve reunir-se com o novo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.



A secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton não terá encontro bilateral com Dilma



Os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez (E), e da Bolívia, Evo Morales, estarão em Brasília neste sábado

Veículos de comunicação do Senado farão cobertura em tempo real

Os veículos de comunicação do Senado exibirão em tempo real toda a posse de Dilma Rousseff na presidência da República, com uma cobertura especial do evento no dia 1º de janeiro.

– A comunicação do Senado está mobilizando a metade do seu efetivo para garantir um grande volume de informação aos brasileiros, principalmente os momentos da posse de Dilma no âmbito do Congresso Nacional – informa o diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Davi Emerich.

Os profissionais da Agência Senado e **Jornal do Senado** registrarão e publicarão, em tempo real, todos os acontecimentos. Na segunda-feira será lançada uma edição especial do **Jornal do Senado** sobre o evento.

Um pool de emissoras que envolve TV Senado, TV Câmara, Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), TV Justiça e empresas privadas produzirá imagens que serão distribuídas a

todas as emissoras brasileiras.

Cada emissora desenvolverá sua programação própria, mas as imagens serão compartilhadas e usadas de acordo com a edição feita por cada canal.

– O público vai receber imagens plásticas e muito bonitas feitas até das coberturas dos prédios – afirma Emerich.

A partir das 10 horas, a TV Senado abrirá a transmissão especial. Âncoras, repórteres e comentaristas convidados farão análises do Brasil que Dilma governará. Além de acompanhar pela tevê, o público também poderá conferir os dois canais abertos no site da TV Senado (www.senado.gov.br/noticias/TV) para esse fim.

Já a Rádio Senado terá repórteres posicionados estrategicamente nos corredores, salões e rampa do Congresso. Os profissionais de relações públicas farão o cerimonial no Congresso, e os especialistas em artes gráficas também trabalharão na cobertura.



Preparativos para a posse: imagens serão distribuídas a todas as emissoras brasileiras

Parlamentares avaliam que a nova presidente tem condições especiais para liderar um agenda reformista nas áreas política, tributária e previdenciária

Previdência dos servidores ainda sem definição

Caso confirme a tendência dos últimos chefes de Estado de submeter propostas de reformas ao Congresso no primeiro ano de governo, Dilma Rousseff deverá expor ao país nos próximos meses os ajustes que considera necessários na Previdência Social. Um dos temas que aguardam definição há sete anos é o estabelecimento de um regime de previdência complementar para os servidores públicos, previsto no projeto de lei complementar (PLP 84) que tramita na Câmara desde 2003.

Durante a campanha eleitoral, Dilma evitou comprometer-se com a realização de uma nova reforma da Previdência. Preferiu indicar que realizaria ajustes no sistema, em função da mudança do perfil etário da população brasileira. Ela não deu mais detalhes nem informou se as mudanças que pretende promover ocorreriam apenas no sistema geral da previdência – aplicado aos trabalhadores da iniciativa privada – ou se seriam estendidos também ao regime do serviço público.

Na reforma aprovada em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu-se a possibilidade de se equiparar o teto das aposentadorias dos servidores ao do regime geral da previdência. No primeiro ano de seu primeiro mandato, o presidente Lula submeteu ao Congresso uma proposta de reforma da Previdência segundo a qual a previdência complementar dos servidores seria colocada em prática por meio de entidades fechadas, de natureza pública, que ofereceriam planos na modalidade de contribuição definida.

Em outras palavras, os servidores que desejassem receber na aposentadoria mais do que o teto estabelecido pelo regime geral – atualmente de R\$ 3.400,00 – depositariam mensalmente contribuições num fundo de pensão público. A contribuição seria definida a partir de um percentual de seu salário. Mas não haveria definição sobre o valor que receberiam após se aposentar. Esse regime seria aplicável aos novos servidores públicos.

O novo regime seria estabelecido por lei complementar. O PLP 84/03, que regulamenta o novo sistema, tramita na Câmara há sete anos.

De acordo com o regimento interno daquela Casa, o projeto será arquivado ao final desta legislatura, podendo ser retomado caso haja requerimento neste sentido. Na Câmara ele deve ser analisado por quatro comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Segurança Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. A primeira delas já aprovou parecer contrário à proposta.

Dilma deve propor reformas, defendem senadores

AO VESTIR A faixa presidencial, a partir de 1º de janeiro Dilma Rousseff enfrentará as expectativas habitualmente projetadas sobre cada novo chefe do Executivo. Entre os senadores, espera-se que ela enfrente logo de cara o desafio de fazer as reformas política, tributária e previdenciária.

Na área tributária o debate gira em torno da necessidade de um sistema tributário mais simples e menos oneroso para o setor produtivo, essencial à competitividade do país. O envelhecimento da população e a consequente pressão sobre as contas de aposentadoria é o desafio mais atual da Previdência.

Quando ao sistema político, o que se buscam são caminhos para fortalecer os partidos e a representação popular, impedindo legendas de aluguel e reduzindo custos eleitorais. Os remédios vão desde o financiamento público de campanha até o voto distrital, além de cláusula de barreira para admissão de partidos nas casas parlamentares e a adoção, por lei, da fidelidade partidária.

Esses temas foram exaustivamente debatidos nos últimos anos, havendo uma boa dose de consenso em torno de diagnósticos, mas gritantes divergências com relação às medidas que devem ser adotadas. Eleita com 55,7 milhões de votos, a primeira mulher presidente do Brasil chega agora ao poder reacendendo as esperanças de que poderá liderar a agenda reformista com mais êxito que seus antecessores mais imediatos, o presidente Lula, seu mentor político, e Fernando Henrique Cardoso.

Força da maioria

Eleita por uma coligação de dez partidos e ainda com o apoio



Demóstenes Torres: muita gente disposta a colaborar no debate



Pedro Simon defende prioridade para reforma política

de líderes de outras legendas, Dilma deverá ter forte maioria na Câmara e no Senado.

– Talvez nenhum presidente da República tenha tido tanta chance como ela tem agora – avalia Heráclito Fortes (DEM-PI).

A tese das reformas encontra igual apelo entre senadores da coligação que garantiu a vitória de Dilma. No entanto, para eles, a força política da nova presidente no Congresso é uma vantagem apenas relativa.

– Sair com uma base ampla desde a eleição facilita o diálogo interno naquilo que é crucial, mas não é tudo. A base é muito heterogênea – observa Inácio Arruda (PCdoB-CE), para quem, antes de qualquer coisa, a presidente terá que construir maioria dentro da própria base e depois “puxar” parcelas da oposição.

De fato há campo para entendimento com o governo, confirmam integrantes da oposição. Demóstenes Torres (DEM-GO) avalia que o momento é propício

para as reformas.

– Se abraçar as reformas, a presidente encontrará na oposição muita gente disposta a colaborar com o debate – disse.

Outros senadores não acreditam na possibilidade de decisões consensuais, como Ideli Salvatti (PT-SC), que assumirá a pasta da Pesca, e de Alvaro Dias (PSB-PR). Para os dois, temas cruciais das reformas política e tributária acabarão decididos no voto.

Parlamento

Ideli considera correta a expectativa de que partirá do governo a iniciativa de mudanças nos sistemas tributário e previdenciário. Mas a reforma política seria uma agenda parlamentar.

– Essa é uma questão dos partidos e do

Congresso – diz Ideli.

Para outros senadores, Dilma deve se concentrar na reforma política. Esse esforço seria proporcional à força do Executivo no sistema republicano do país.

– É quase um regime imperial, não vamos ser hipócritas. O Executivo controla o Legislativo e até penetra na seara do Judiciário – comenta Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Uma boa reforma nas regras eleitorais e no modelo de organização dos partidos se converterá em ganhos para a governabilidade, avaliam diversos senadores.

– Podemos considerar a reforma política como a “mãe de todas as reformas” – acredita Pedro Simon (PMDB-RS).

Em reforço, Marina Silva (PV-AC) aponta que uma reforma política será a oportunidade de limpar terreno para o país avançar institucionalmente em suas grandes questões, sem ficar “refém de interesses menores e do discurso de conveniência”.

Três ministros comentam reformas

Que postura deve ter Dilma Rousseff para orquestrar as reformas política, tributária e previdenciária – desafio que diversos setores apresentam ao novo governo – e ainda conduzir os entendimentos com os interessados? Deve explorar seu perfil de “durona” ou buscar o estilo conciliador que caracterizou seu mentor político, o presidente Lula? Quem responde a essas questões são três senadores que vão integrar a equipe de ministros da nova presidente: Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), reeleito em outubro, mas que se licenciou para assumir o Ministério da Previdência; Edison Lobão (PMDB-MA), também reeleito e que voltará à pasta de Minas e Energia; e Ideli Salvatti (PT-SC), candidata derrotada ao governo do seu estado em outubro.

Garibaldi afirma que há uma grande aspiração no Congresso à realização das reformas, assim como a crença de que as mudanças só ocorrerão se a própria presidente Dilma assumir a liderança do processo. Quanto ao tom, Garibaldi prevê que a presidente saberá equilibrar “convicção e intransigência” com “espírito de conciliação”.

– A conciliação será necessária quando o debate sobre os temas chegar ao amadurecimento. Mas, para que as propostas se tornem maduras, a presidente talvez precise mostrar certa determinação e até adotar um tom inicial menos conciliador – opinou.

Ideli destaca que Dilma se manifesta da maneira mais direta possível nas conversas, falando “em alto e bom som” quando algo lhe desagradar.

– O que não se pode imaginar é que o Brasil continue sem enfrentar essas reformas, absolutamente necessárias – conclui.

Para Edison Lobão, Dilma contará com larga maioria desde o início de seu governo.

– Essa é uma vantagem com a qual a presidente Dilma irá contar tanto na Câmara quanto no Senado.

Reforma da Previdência não tem consenso

Embora prevaleça entre os senadores a visão de que as reformas são importantes para o país, há vozes discordantes quando se trata da reforma previdenciária. Para Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, há debates equivocados a respeito da questão previdenciária e da questão trabalhista.

– Já virou clichê todo presidente assumir com promessa de reformas no sistema previdenciário e trabalhista. Quando se fala nessas reformas, o que quase sempre se quer é retirar direitos dos trabalhadores. Eu espero que a presidente Dilma não faça isso – afirma o senador, segundo o qual não há país no mundo em que se pague tanto para

a Previdência Social como no Brasil, tanto que, ao longo de décadas, ela financiou despesas de outras áreas. Mesmo assim, Paim contesta que a Previdência seja deficitária.

O senador destaca que a tese do déficit vem sendo sustentada com cálculos que deixam de levar em conta contribuições sociais instituídas para financiar despesas da seguridade social.

Sem entrar em números e afirmando que ainda está estudando os problemas da Previdência com mais rigor, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que assumirá o Ministério da Previdência, disse acreditar nos fundamentos sobre o déficit. A razão seria a de que,

ao longo dos anos, foram concedidos benefícios sem a correspondente cobertura.

Edison Lobão (PMDB-MA), que assumirá a pasta de Minas e Energia, endossa a tese do déficit na Previdência. Para ele, o “buraco” nas contas está perto de R\$ 40 bilhões.

– É um desequilíbrio monstruoso e nenhuma nação do mundo pode conviver com déficit anual tão persistente.

Já para a senadora e futura ministra Ideli Salvatti (PT-SC), indicada para a Pesca, o déficit resulta de uma política de inclusão conduzida para garantir a aposentadoria do



Paim diz esperar que a presidente Dilma não reduza os direitos dos trabalhadores

trabalhador rural.

– Não podemos exigir que os trabalhadores cubram, com os recursos da sua previdência, políticas que devem ser sustentadas com recursos do Tesouro.

Senadores esperam mais autonomia do Legislativo

Dilma Rousseff assume a Presidência tendo a seu favor um Congresso predominantemente governista. Com o resultado das últimas eleições, na Câmara, o PMDB e o PT, os dois maiores partidos de apoio ao governo, passam a ter, respectivamente, 79 e 88 representantes. No Senado, serão 20 parlamentares do PMDB e 14 do PT.

Para o consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho, ainda que a maioria governista tenha se tornado muito mais folgada no Senado, é na Câmara que a influência maior do governo tende a ser sentida.

– Os senadores são mais autônomos, já que são líderes regionais mais fortes – disse.

Para Guerzoni, “porém, o quadro de extremo controle do governo sobre a pauta legislativa se repetirá”. Ele citou como exemplo as comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

– As CPIs nos governos Fernando Henrique e Lula nunca conseguiram ir tão longe quanto

foram as do governo Collor, que tinha muito mais dificuldades no Congresso – disse.

Guerzoni não acredita que as “grandes reformas” (política, tributária, previdenciária) sejam votadas, “ou porque não há consenso quanto aos temas na sociedade temas ou porque é complicado politicamente”.

Reeleitos para o mandato 2011-2019, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), governista, e Alvaro Dias (PSDB-PR), da oposição, têm em comum a crença de que, a despeito do tamanho das bancadas, cabe ao Legislativo resgatar e exercer seu papel diante da influência do Executivo. Para ambos, a maneira mais efetiva de sinalizar esse desejo de autonomia é batalhar pela redução das medidas provisórias. Alvaro, inclusive, diz que cerca de 80% das MPs editadas pelo governo é inconstitucional. Já Delcídio acredita que, a depender do próprio Congresso, o governo Dilma pode ser o da legitimação do Legislativo.



José Cruz/Senado Federal

O consultor Guerzoni acredita que Dilma tentará influir na pauta legislativa

Aumento de mulheres no governo não se reflete no Legislativo

Dilma Rousseff inicia sua gestão com um nítido esforço para ampliar a participação feminina no primeiro escalão do Executivo: o novo governo terá nove ministras de Estado, um recorde. Mas tal iniciativa não encontra reflexo no Senado, onde a representação feminina continua baixa. Entre os atuais 81 senadores, há apenas dez mulheres. E as recentes eleições não trouxeram mudanças significativas.

Em outubro foram eleitas oito senadoras: Ana Amélia Lemos (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Gleisi Hoffman (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marinor Brito (PSOL-PA), Marta Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Desse grupo, a única que já estava no Senado e se reelegeu

é Lúcia Vânia.

Das atuais senadoras, cinco encerram seus mandatos em janeiro: Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), Marina Silva (PV-AC), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Além disso, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), cujo mandato terminaria em 2015, renunciará para assumir o governo do Rio Grande do Norte. Ela será substituída por Garibaldi Alves (PMDB), pai do senador e futuro ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Entre as que continuam no Senado estão Kátia Abreu (DEM-TO), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS). As três estão na metade de seu mandato, que se encerra no início de 2015.

Cinco senadores serão ministros no novo governo

Dois dos parlamentares foram reeleitos para o Senado em 2010 (Lobão e Garibaldi), outros dois concorreram a governos estaduais e foram derrotados (Ideli e Mercadante)

OS SENADORES REELEITOS em outubro de 2010 Edison Lobão (PMDB-MA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) participam do novo governo da presidente Dilma Rousseff, assumindo os cargos de ministro de Minas e Energia e da Previdência Social. Além deles, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), com mandato até 2015, será ministro dos Transportes, e os senadores Aloizio Mercadante (SP) e Ideli Salvatti (SC), do PT – cujos mandatos acabam em janeiro de 2011 – serão, respectivamente, ministros da Ciência e Tecnologia e da Pesca.

Com a indicação de Lobão e Garibaldi, devem assumir seus cargos no Senado os suplentes Edison Lobão Filho, empresário e filho de Lobão, e o médico Paulo Roberto Davim, primeiro suplente de Garibaldi.

No caso de Lobão, Dilma decidiu reconduzi-lo à pasta de Minas e Energia. O senador é uma indicação da bancada peemedebista do Senado, além de ter preferência do presidente da Casa, José Sarney. Garibaldi foi indicado para a Previdência também na cota de cargos do PMDB. Alfredo Nascimento foi outro senador mantido no Ministério dos Transportes, cargo que exerceu no governo Lula. Já Ideli e Mercadante encerram seus mandatos no Senado para integrar o novo ministério.

Aos 73 anos, Lobão conquistou seu quarto mandato no Senado nas últimas eleições. Jornalista e bacharel em Direito, ele chegou ao Congresso em 1979 como deputado federal e reelegeu-se em 1983, sendo deputado até 1987. A estreia de Lobão no Senado ocorreu na época da Constituinte, há 23 anos.

Entre 1991 e 1994 foi governador do Maranhão e em 1995 voltou ao Senado, cujo mandato durou até 2003. Foi vice-presidente da Casa e também presidiu a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Reeleito em 2003, foi



J. Freitass/Senado Federal



José Cruz/Senado Federal



José Cruz/Senado Federal



Gerardo Magalhães/Senado Federal



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Lobão, Garibaldi, Nascimento, Mercadante e Ideli irão para Minas e Energia, Previdência, Transportes, Ciência e Tecnologia e Pesca

Já o médico Paulo Roberto Davim, primeiro suplente de Garibaldi, é filiado ao PV potiguar e está em seu segundo mandato de deputado estadual. Nasceu em 1959, em Natal (RN), e formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1985.

presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Lobão licenciou-se do Senado em janeiro de 2008 para assumir o Ministério de Minas e Energia.

Garibaldi venceu, pela terceira vez, em outubro, a disputa para senador. Foi também deputado estadual, prefeito e governador. Seu primeiro mandato eletivo foi em 1971, quando ganhou a eleição para deputado estadual. Sempre no PMDB, ele permaneceu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte por quatro mandatos consecutivos.

Conquistou a Prefeitura de Natal em 1986 e, ao concluir sua gestão como prefeito, foi eleito pela primeira vez para o Senado. Garibaldi cumpriu quatro anos de mandato e deixou o Senado para disputar e vencer o pleito para governo do Rio Grande do Norte, cargo para o qual foi reeleito. Em 2003, voltou a conquistar uma vaga no Senado.

Concorreu novamente ao governo do Rio Grande do Norte em 2006, mas perdeu no segundo turno para Wilma de Faria. No fim de 2007, com a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL) à Presidência do Senado, Garibaldi assumiu o posto.

Suplentes

Edison Lobão Filho nasceu em Brasília, em 1964, é empresário e, como o pai, filiado ao PMDB. Formado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (UnB) e em Economia pelo Uniceub, é um dos proprietários do Sistema Difusora de Comunicação, afiliada do SBT no estado do Maranhão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Pronunciamento de posse da primeira mulher presidente é mantido em segredo. Temas como economia e política externa não costumam faltar

Discursos anteriores destacam mudanças

UM DOS MOMENTOS mais esperados da posse presidencial é o primeiro discurso à nação. É nesse momento, após a assinatura do termo de posse no Congresso Nacional, que o novo presidente fala sobre seus planos e suas expectativas para os quatro anos de governo. É também uma ocasião para o chefe de Estado e de governo lembrar sua trajetória, apresentar sua visão do país e assumir compromissos.

Não é possível antecipar o que a nova presidente da República, Dilma Rousseff, dirá no dia 1º de janeiro de 2011. Os discursos de posse costumam ser preparados com ajuda de poucos assessores mais próximos e permanecem em segredo até o último instante. Além disso, há sempre a possibilidade de pequenas mudanças, de acordo com a vontade da presidente.

No entanto, a julgar pelas falas dos últimos dois presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que governaram o Brasil por 8 anos cada um, alguns temas não deverão ficar de fora. A ideia de promover mudanças, por exemplo, é uma presença constante nos discursos.

Em 1995, apesar de enfatizar a “base sólida” construída nos dois anos de governo Itamar Franco, do qual foi um dos principais colaboradores, Fernando Henrique Cardoso disse que tinha o “apoio da sociedade para mudar” e encerrou o discurso conclamando o povo a participar desse processo.

Ao tomar posse como presidente da República, em 2003, Lula já começou seu discurso com a palavra “mudança”, afirmando que aquela tinha sido a mensagem da sociedade ao finalmente elegê-lo, em sua quarta tentativa. Ao começar seu novo governo, em 2007, Lula se referiu ao discurso de 2003, ainda que para anunciar a nova prioridade de seu governo – o crescimento econômico.

Economia

Mas, talvez pela complexidade do assunto, a economia não teve muito destaque nos discursos de posse de Fernando Henrique e Lula, apesar de seu papel decisivo nas respectivas eleições. O tema, contudo, não pode faltar. Em 1995, o presidente tucano destacou a implementação do Plano Real, no governo Itamar Franco, e comparou a economia brasileira a “uma planta sadia depois de uma longa estiagem”.

Em 2003, Lula, em consonância com seu discurso de campanha, falou brevemente sobre aliar estabilidade e desenvolvimento. “Trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado”, disse, prometendo se dedicar ao combate à inflação e ao aumento das exportações.

Um tema que costuma estar presente nos discursos de posse é a política externa. Fernando Henrique e Lula dedicaram



No Congresso Nacional, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula tomam posse: primeiros presidentes civis desde o fim da ditadura

De Sarney a Dilma, país completa 25 anos de estabilidade democrática

Dilma Rousseff será a sexta personalidade civil a comandar o país desde o fim do regime militar de 1964, dando sequência a um ciclo democrático que já completou 25 anos. Cada governo deu passos importantes no sentido de consolidar a democracia.

– Ao primeiro governo civil desde o golpe militar [o de José Sarney] coube, é claro, o maior volume de mudanças que representavam a abertura política – avalia o cientista político David Fleischer.

Um marco fundamental do novo momento político foi a promulgação da Cons-

tituição de 1988. A ela se seguiu a eleição, em 1989, do primeiro presidente escolhido diretamente pelo povo, Fernando Collor. Este deixou o poder após sofrer processo de impeachment dentro das regras constitucionais, num contexto em que as instituições democráticas instituídas há poucos anos foram intensamente provadas.

Com as instituições políticas em pleno funcionamento, restava estabilizar a economia, derrotar um fator de permanente instabilidade, a inflação altíssima, que chegou a 2.500%. Desafio vencido a partir do governo

Itamar Franco, com o Plano Real, em 1994, levado adiante pelo sucessor, Fernando Henrique Cardoso.

Outro grande marco de amadurecimento da democracia foi a eleição de um operário para a Presidência do país, em 2002. Apoiado na estabilidade econômica, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ampliou a inclusão social. Houve redução da pobreza e melhoria na distribuição de renda.

Também no governo Lula, em 2010, embora de iniciativa da própria sociedade civil, que enviou o projeto ao Congresso, outro marco: a Lei da Ficha Limpa

(Lei Complementar 135/10). Com a aplicabilidade ainda em discussão no Supremo Tribunal Federal, a norma barra as candidaturas de políticos condenados ou que renunciaram a mandato eletivo com o objetivo de fugir de uma cassação. Valendo ou não para as eleições de 2010, a democracia brasileira já mostrou que deu mais um passo ao desenvolver mecanismos para vigiar aqueles que ocupam o poder.

No mesmo ano, o país elegeu pela primeira vez em sua história uma mulher para ocupar a função pública mais alta da Nação.

grande atenção ao assunto em seus discursos de posse. Fernando Henrique, já em 1995, declarou que era “tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como nação soberana, neste mundo em transformação”. Em 1999, afirmou que “o Brasil voltou a ser respeitado no exterior”.

Adiantando a mudança de postura que marcaria seus dois governos, Lula assumiu em 2003 apontando a América do Sul como “grande prioridade” de sua política externa. Pregou,

ainda, o aprofundamento das relações com China, Índia, Rússia e África do Sul e o apoio ao desenvolvimento do continente africano. Em 2007, o petista comemorou os “excelentes resultados” dessa política, que teria permitido, ao mesmo tempo, manter excelentes relações com as grandes potências e priorizar os laços com o hemisfério Sul.

Diplomação

Ao ser diplomada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 17, Dilma Rousseff deu uma

indicação de como pode ser seu discurso de posse. Ela ressaltou sua condição de primeira mulher a ocupar a presidência do país e elogiou a “lisura, eficiência e confiabilidade” do processo eleitoral brasileiro. Em mais de um momento, lembrou o presidente Lula, em suas palavras um homem do povo que conduziu o país para “um momento de extraordinário avanço social e econômico”.

Dilma mencionou as áreas da educação, segurança e saúde, e se comprometeu a cuidar da

estabilidade econômica e do investimento. Também garantiu que defenderá a liberdade de imprensa e de culto. Depois, repetiu a promessa de Lula de governar para todos.

– Reafirmo que nenhuma estratégia política ou econômica é efetiva se não se refletir diretamente, concretamente, na vida de cada trabalhador, de cada trabalhadora, de cada empresário, de cada família, de todas as regiões desse imenso e generoso nosso país – disse a presidente eleita.